

ALACIP 2015 - VIII Congreso Latinoamericano de Ciencia Política

Orçamentos Participativos e as estratégias partidárias: as coligações em perspectiva

Bel. Priscila Alves Rodrigues
priscila.priae78@gmail.com
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política | UFRGS

Prof. Dr. Alfredo Alejandro Gugliano
alfredogugliano@hotmail.com
Departamento e Programa de Pós-Graduação em Ciência Política | UFRGS

Área Temática | Participación, representación y actores sociales

Trabajo preparado para su presentación en el VIII Congreso Latinoamericano de Ciencia Política, organizado por la Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP).
Pontificia Universidad Católica del Perú, Lima, 22 al 24 de julio de 2015.

Orçamentos Participativos e as estratégias partidárias: as coligações em perspectiva

Resumo

Este trabalho apresenta uma análise sobre os aspectos político-partidários das experiências de Orçamento Participativo desenvolvidas nos municípios do estado do Rio Grande do Sul, entre os anos de 2009 e 2012. Apesar da riqueza de abordagens e a diversidade de estudos sobre as principais propostas de orçamento participativo (doravante OP) no Rio Grande do Sul e em outros estados brasileiros, grande parte da literatura específica, quando relacionada aos partidos políticos, limitou-se a relatar a execução da proposta, a relacioná-la diretamente ao projeto político do Partido dos Trabalhadores (PT) ou ainda a apontar a pluralidade de partidos que podem ser responsáveis em implementar o orçamento participativo, além do PT, apenas citando os demais envolvidos no processo. Contudo, há uma lacuna nessas abordagens especializadas sobre relação entre o OP e os partidos políticos: a influência das coligações partidárias para eleição do executivo municipal, na implementação do OP em nível local. Evidenciar o partido que ocupa os cargos de prefeito ou vice-prefeito mostra-se por vezes ineficiente para determinar que a experiência analisada teve sua iniciativa de implementação conduzida por outro partido político que não seja o PT. Nestes termos, o presente estudo atentar-se-á para uma nova perspectiva de análise dos Orçamentos Participativos, contemplando discussões referente a implementação e continuidade das experiências de OP e sua relação com os partidos políticos.

Palavras-chave: orçamento participativo; redemocratização; partidos; coligações; PT.

1. Introdução

A segunda metade da década de 1980, mais especificamente o ano de 1985, é um marco histórico para o Brasil, pois representa o início do processo de redemocratização com o fim do regime burocrático-autoritário que assolava o país desde 1964. As eleições para Presidente da República (mesmo que ainda de forma indireta), a introdução de algumas reformulações emergenciais do sistema partidário, principalmente aquelas relacionadas a legislação partidária que ampliaram o acesso de lideranças políticas ao Congresso (permissão da criação de novos partidos e o retorno das coligações para deputado federal, estadual e vereador), bem como a instauração da Assembleia Nacional Constituinte em 1º de Fevereiro de 1987, culminando na nova Constituição Federal promulgada em 05 de Outubro de 1988, foram alguns fatos dessa década que merecerem destaque.

Do ponto de vista da organização do partidos e da legislação partidária no Brasil, a CF 88 não definiu alterações relacionadas às normas e ao acesso dos partidos ao Parlamento, mas ampliou a sua autonomia organizacional (transformando os partidos de entidades de direito público para entidades de direito privado) e, sua autonomia de organização, podendo assim decidir sobre seu funcionamento interno através de seus estatutos, garantias necessárias para seu pleno desenvolvimento e institucionalização (NICOLAU, 1996).

Porém, somente a partir de 1995 com a promulgação da nova Lei dos Partidos (Lei nº. 9096), que flexibilizou a atividade partidária, os estatutos tornaram-se peças centrais na determinação da dinâmica interna dos partidos, pois foram delegadas às estruturas decisórias internas, normas de fidelidade e de disciplina partidárias. Cabe salientar que desde 1971, a organização dos partidos estava atrelada a LOPP - Lei Orgânica dos Partidos Políticos, que refletia a organização federalista brasileira, com estruturas decisórias pouco inclusivas, sempre favorecendo mais os parlamentares, mantendo as esferas estaduais como principal espaço de poder, sem detrimento das seções locais e nacional (RIBEIRO, 2013).

Mas, a partir de 1997, através da Lei 9.504 foram estabelecidas as novas regras para as eleições, onde "as coligações são permitidas tanto no pleito majoritário - prefeitos, governadores, e presidente da república - quanto no proporcional - vereadores, deputados estaduais e federais" (MACHADO, 2005, p. 50) e, finalmente em 2006 através da Emenda Constitucional nº. 52, alterando a redação do parágrafo primeiro, art. 17 da Constituição Federal de 1988:

§ 1º É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações eleitorais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária. (BRASIL, 2006)

Quando analisamos a Constituição Federal de 1988 (CF 1988) a partir do ponto de vista dos estudos referentes à participação política e cidadã, além das modificações na organização administrativa e político-partidárias, a mesma possibilitou ainda o surgimento de diversas formas de organização da sociedade, com a criação de mecanismos de intervenção da sociedade civil, impulsionando a implantação de processos participativos na gestão pública, principalmente no Rio Grande do Sul. Podemos destacar como uma expressão desta ampliação da participação da população nos processos de decisão dentro do governo e, que tenha como objetivo a possibilidade de intervenção e deliberação dessa população sobre a distribuição de recursos de forma efetiva é o Orçamento Participativo (RODRIGUES; GUGLIANO, 2015, p. 50).

Desde a sua experiência exitosa no governo da Frente Popular na Prefeitura de Porto Alegre, em 1989, diversos autores vêm trabalhando com este tema sob diferentes olhares (ABERS, 1998; DIAS, 2000; FEDOZZI, 2001; AVRITZER, 2003; GUGLIANO, 2007; WAMPLER, 2008). Souza (2012), em seu estudo "*O Orçamento Participativo e as relações entre os atores políticos locais nas arenas eleitoral, governamental e legislativa*", observa a partir de uma revisão referente aos trabalhos publicados sobre OP, que há essencialmente três gerações de estudos sobre o tema: a primeira localizada nos anos 1990, ligada a ruptura com as práticas tradicionais do fazer político, com a democratização da gestão municipal e composta de elementos de accountability (pois até então, o monitoramento das atividades públicas era efetuado por agências reguladoras); a segunda, nos anos 2000, procurando difundir as experiências exitosas, evidenciando as dimensões mais significativas para os bons resultados do OP e, uma terceira geração (atual) que busca evidenciar o papel político do orçamento participativo, as relações desse processo participativo com as instituições e com os atores políticos envolvidos nesse processo, como os partidos políticos.

Contudo, observa-se uma lacuna nessa literatura especializada, referente a relação do OP e os partidos políticos: a identificação e a influência das coligações partidárias para eleição do executivo municipal, na implementação do OP em nível local. Assinalar o partido da prefeitura ou vice-prefeito (RIBEIRO; GRAZIA, 2003, pag. 38 e 39; BORBA; LUCHMANN, 2007, p. 33) mostra-se por vezes ineficiente no momento de determinar o grau de compromisso dos diferentes partidos políticos com o OP.

Atentando para a contemporaneidade destes dois processos, implementação de mecanismos de participação como o Orçamento Participativo em diversos municípios pelo Brasil e as mudanças relativas as regras de organização dos partidos e das eleições majoritárias, este trabalho tem como objetivo traçar um panorama sobre a influência das coligações partidárias para eleição do executivo municipal na implementação do OP em nível local, utilizando como objeto de análise os municípios que executaram orçamentos participativos entre os anos de 2009 e 2012 no Rio Grande do Sul.

Nestes termos, o presente estudo atentará para esta terceira geração de análise dos Orçamentos Participativos, contemplando essas novas discussões referente a implementação e continuidade das experiências de OP a partir de uma perspectiva institucional: relação do OP com as coligações partidárias para executivo municipal.

Além desta introdução e das considerações finais, o estudo divide-se em três partes: a primeira perfaz uma breve revisão da literatura referente ao tema das coligações partidárias no sistema político brasileiro; a segunda parte destaca a relação entre orçamentos participativos e partidos políticos, além de dissertar sobre os casos selecionados para análise; por fim, a última seção atentará as relações do Orçamento Participativo com as estratégias partidárias, colocando o papel das coligações em nível local em perspectiva.

2. Coligações Partidárias no Sistema Político Brasileiro

O sistema político brasileiro foi tema trabalhado por diversos autores, analisando as diversas formações partidárias já observadas no país: desde o bipartidarismo no Brasil Império (liberais x conservadores); partidos únicos estaduais na Primeira República; pluripartidarismo de 1945 a 1964; bipartidarismo - ARENA x MDB - período entre 1964 a 1979; pluripartidarismo controlado até 1985 e por fim, pluripartidarismo ampliado a partir de 1988 (LAMOUNIER; MENEGUELLO, 1986; FIGUEIREIDO; LIMONGI, 2000). No marco dos estudos sobre consolidação dos regimes democráticos, em um sistema multipartidário como o brasileiro,

é natural que os partidos formem alianças, principalmente em se tratando de eleições nacionais – como são as presidenciais – em um país com as dimensões do Brasil. Mas, as coligações são práticas disseminadas em todos os níveis – do nacional ao municipal. (...) todos os partidos, independentemente de sua dimensão ou linha ideológica, recorrem às coligações (KINZO, 2004, pag.33)

Segundo Kinzo (2004) a opção por fazer parte de uma coligação é uma via de mão dupla: tanto é vantajoso para os partidos grandes que sustentam o lançamento de suas candidaturas para o governo, aumentando os recursos eleitorais; quanto é viável para pequenos partidos que multiplicam a probabilidade de ocupar uma cadeira nas Assembleias Legislativas e/ou Câmara de Deputados, garantindo sua sobrevivência (PEIXOTO, 2010).

Dantas (2007) em sua tese de doutorado, afirma que as principais pesquisas sobre o tema centralizam os estudos em relação "aos motivos que levam as legendas a estabelecer uniões, a eventual relação entre as coligações eleitorais e os pactos de governabilidade, o impacto das questões institucionais nos acertos e a consistência ideológica das alianças" (DANTAS, 2007, pag. 22). Já Krause (2010) assinala que trabalhos de cunho empírico sobre as coligações eleitorais no Brasil vem ganhando expressão, colaborando com o debate referente ao desenvolvimento do sistema político do país. Segundo a autora, existe atualmente uma variedade de estudos sobre o tema: desde a influência das coligações sobre a representação política, passando pelas discussões relativas a fragmentação do sistema partidário brasileiro, questionando a ideia de nacionalização dos partidos políticos (DALMORO; FLEISCHER, 2005; SOCORRO BRAGA, 2006); análises sobre o perfil ideológico dos partidos (e suas fragilidades) a partir de estudos clássicos (OLIVEIRA, 1973; SANTOS, 1987) e a renovação do tema da ideologia com autores como Schmitt (2005) e Machado (2007); até a discussão de trabalhos sobre que apontam o impacto do Poder Executivo (tanto regional, quanto nacional) no sistema partidário do Brasil (LAVAREDA, 1991; KRAUSE; PAIVA, 2000).

Como nesta análise trataremos de um objeto de estudo em nível local, criado após período de redemocratização, cabe uma explanação referente a outra vertente de trabalhos sobre coligações no país: dos subsistemas partidários no Brasil e a tentativa de compor estratégias mais coerentes de ação política a partir do exame das coligações municipais, principalmente os trabalhos que analisam o comportamento do Partido dos Trabalhadores (PT), partido propulsor do Orçamento Participativo no Brasil.

Dentre a variedade de estudos de nível local, alguns buscam de forma comparada, verificar se o padrão de coligação estadual e/ou se o fato de um partido ocupar o cargo de governador (executivo regional) aumenta ou não as possibilidades de agregar mais aliados em torno de si e conquistar as eleições municipais através de coligações mais amplas. São os casos trabalhados por Carreirão e Nascimento (2012), França (2013) e Lima (2015), por exemplo.

Outros artigos trabalham com o paradoxo existente entre uma realidade de oposição na esfera nacional de duas das principais legendas do Brasil (PT e PSDB), mas que em nível estadual e municipal apresentam um padrão de alianças e cooperação para conquista de prefeituras. Essa perspectiva leva a uma geração de estudos que busca compreender a possibilidade de nacionalização dos debates municipais para nível federal (ANASTASIA; NUNES e MEIRA, 2005; SALLES, 2014), ou ainda o impacto dessa polarização nacional em nível local, como é o caso da investigação de Sandes-Freitas (2012).

Uma terceira ótica trabalhada referente ao tema de coligações em nível municipal, pode ser observada na pesquisa de Santos (2011) que busca através de estudos de caso, verificar se há alguma ponte de intersecção entre as coligações proporcionais e coligações majoritárias, para conquista tanto de cargos no executivo, quanto de cadeiras na Câmara de Vereadores.

Porém, os estudos que mais se destacam em nível local são aqueles que pretendem desenvolver análises referente a ampliação das coligações do Partido dos Trabalhadores (PT) para as eleições municipais. Desde 1988, diversas discussões prévias às eleições presidenciais e municipais foram realizadas, com objetivo de debater este que seria o impasse eleitoral para o partido desde a decisão de concorrer a presidência: com quem o PT deveria aliar-se? O então deputado federal Eduardo Jorge, em entrevista à revista *Teoria e Debate* (1987), confronta José Dirceu (deputado estadual do PT em 1987), sobre quais os posicionamentos do PT em relação as alianças táticas e estratégicas. Segundo Eduardo Jorge (1987),

o princípio maior que deve nortear a realização de alianças estratégicas e táticas pelo PT é o do respeito à sua independência política, ao seu programa voltado para a Construção de um Brasil socialista e, finalmente, respeito ao compromisso prático de avançarmos na superação das debilidades que comprometem o potencial de luta da classe trabalhadora brasileira. (JORGE, 1997)

A constatação da abertura do partido para formação de alianças estratégicas, não mais tendo como base somente a construção do socialismo no Brasil já era perceptível na fala de José Dirceu, na mesma entrevista. Em um primeiro momento, o mesmo exclui alianças com partidos "de direita e que apoiam a 'Nova República' (PDS, PL, PTB, PDC, PFL e PMDB) e coloca a discussão de alianças com PCB, PSB e PDT no campo objetivo da posição desses partidos com relação aos governos Sarney e Quérocia" (OLIVEIRA E SILVA, 1987), mas também não descarta que o PT deveria tomar iniciativa de propor coligações com os setores mais progressistas desses partidos considerados de direita, bem como o PMDB, PV e PH.

Já nos anos 2000, as Resoluções do II Congresso Nacional do PT apontavam para a nova perspectiva relacionada a configuração das alianças do partido:

O espectro de alianças que devemos consolidar é aquele proposto pelo manifesto em defesa do Brasil, da democracia e do trabalho, que abrange os partidos da Frente Democrática e Popular, instituições e personalidades da sociedade civil, com ou sem partido, que estejam dispostos a somar com nosso projeto político de enfrentamento com o projeto neoliberal e de proposição de uma nova política econômica que gere trabalho, emprego e renda.(...) Para o sucesso em 2000 é preciso reafirmar a política de alianças, priorizando a Frente Democrática Popular composta pelo PT, PDT, PSB, PC do B e PCB e com os setores do PPS e PMDB que se têm oposto ao governo FHC. As nossas alianças estarão subordinadas a acordos programáticos, à oposição a FHC e ao neoliberalismo (...). (RESOLUÇÕES DO II CONGRESSO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1999)

Podemos observar este novo eixo de alianças no artigo "*Um equilíbrio delicado: a dinâmica das coligações do PT em eleições municipais (2000 e 2004)*", onde Miguel e Machado (2007) apresentam uma das principais análises sobre eleições municipais no país, demonstrando que o "pulo" estratégico que o Partido dos Trabalhadores deu ao deixar de lado uma matriz ideológica de coligações para optar por uma perspectiva pragmática, precisaria ser corroborado através de pesquisa empírica, para explicar o comportamento do partido nas eleições analisadas. Os autores, ao reunir material sobre a participação do PT nas eleições municipais de 2000 e 2004, classificando estes dados de acordo com a média e frequência em que o PT fazia coligações concluíram que as coligações formadas pelo PT inclinaram-se a ficar cada vez maiores e próximas a direita, mas que a principal variável explicativa para esta caminhada ao pragmatismo seria o tamanho dos municípios: "quanto maiores [os municípios], maior é a preocupação com a manutenção de algum tipo de coerência ideológica e maior é o peso do alinhamento na política nacional para a realização das coligações" (MIGUEL; MACHADO, 2007, pag. 786).

Além disso, os dados demonstraram uma tendência positiva em relação a flexibilização do PT, pois quanto mais extensas foram as coligações, maiores as vitórias do partido nas eleições municipais. Porém, cabe salientar que esta melhoria nos resultados também teve um fator negativo: o partido reduziu o seu caráter ideológico, de ser o partido "diferente dos outros, fiel aos seus princípios, afastado das barganhas escusas, transparente diante de seus militantes e do público" (MIGUEL; MACHADO, 2007, pag. 785), aproximando-se dos partidos políticos mais tradicionais.

Em uma versão mais recente do mesmo artigo, os autores ampliam a base de análise para as eleições municipais de 2008, descrevendo que as ações continuavam a ocorrer na mesma direção de 2004: ampliação das coligações (principalmente com PMDB) e os partidos considerados de esquerda aparecem mais em cidades de menor porte. Porém, duas diferenças são passíveis de destaque: diminuição das coligações com o PCdoB e aumento da afinidade com os Democratas (antigo PFL).

No mesmo fluxo de estudos referente às coligações em nível local, Peixoto (2010) analisou três eleições municipais entre os anos de 2000 e 2008 em todo o território brasileiro, com objetivo de examinar o comportamento dos partidos e suas estratégias de coligações. Após apresentação de uma série de dados referentes aos principais parceiros dos partidos nas eleições supracitadas, o autor afirma que um dos comportamentos representativos do PT (Partido dos Trabalhadores) a partir de 2004, é a diluição das preferências, ampliando o leque de estratégias nas coligações, corroborando com o trabalho de Miguel e Machado (2007).

Peixoto (2010) afirma que o argumento explicativo mais comum para este comportamento seria o fato do PT estar no governo nacional e ter formado uma base de apoio governista. Até mesmo os próprios documentos do partido, como as resoluções do XIII Encontro Nacional realizado em 2006, demonstram isso:

É importante, finalmente, que se constituam, - tendo em vista nossa tática eleitoral nacional e estadual – alianças com outros partidos, que integram a base de apoio do governo; bem como alianças com partidos que não integram a base de apoio do governo, mas que, nos estados, são aliados das forças democráticas e populares e adversárias do PSDB e PFL, núcleo da oposição conservadora que devemos derrotar. (XIII ENCONTRO NACIONAL DO PT, 2006)

Mas, em contrapartida, o autor aponta que este pressuposto é inválido ao constatar que em suas preferências, partidos considerados de direita (PFL e PSDB) também estão presentes de forma ascendente nas coligações (fato também presente nas eleições de 2008, segundo o autor).

Na sequência de seu estudo, Peixoto (2010) ressalta que essa propensão de aumento do leque de preferências partidárias se dá, principalmente em municípios de pequeno porte e vice-versa, "em outras palavras, quanto menor é o município, maior a propensão dos partidos de se coligarem com outros que não correspondem ao seu espectro ideológico" (PEIXOTO, 2010, p. 289), tendência essa relacionada mais diretamente com questões de "posicionamento estratégico (probabilidade de vencer a barreira do quociente eleitoral) do que com características socioeconômicas ou demográficas" (PEIXOTO, 2010, p. 297).

Ainda sobre o que versa análise das coligações do Partido dos Trabalhadores, Ribeiro (2010) destaca a importância da análise do comportamento do PT (na ampliação do leque de coligações), pois foi o partido que influenciou as mudanças de atitude de outros partidos por todo o país. O autor aponta a propensão do PT em conceder aos governos locais, um maior grau de autonomia (contrário ao caráter ideológico centralizador) "com objetivo de aumentar a competitividade dos candidatos petistas nesses níveis" (RIBEIRO, 2010, p.318), dando preferência ao pragmatismo na hora de coligar-se.

Uma última perspectiva que vale ser indicada neste trabalho é a investigação feita por Jorge (2004) referente às eleições municipais na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, entre os anos de 1992 e 2000. Segundo os dados levantados pelo autor, houve uma diminuição nas coligações por fatores ideológicos e aumento nas estratégias pragmáticas para eleger os prefeitos nessas cidades, tornando-se cada vez mais heterogêneas, reforçando (agora em nível metropolitano) a mesma tendência anteriormente destacada.

3. A relação entre orçamentos participativo e os partidos políticos

Diversas são as interpretações sobre quais as características necessárias para que o processo de inclusão dos cidadãos na gestão pública possa ser considerado um caso de Orçamento Participativo. Devido a brevidade deste estudo, não se tem a intenção de ir além de esclarecimentos básicos sobre a proposta. Orçamento Participativo (OP) é uma projeto que visa criar mecanismos diretos e representativos por meio dos quais os cidadãos discutem e deliberam sobre parcelas do orçamento público estabelecendo prioridades para o investimento da receita municipal.

De um modo geral, os orçamentos participativos se caracterizam por três elementos principais: a) cessão de soberania dos governos eleitos para os cidadãos; b) ampliação dos espaços de participação política dos cidadãos na gestão pública; c) vinculação da deliberação sobre a execução de parcelas dos recursos públicos ao debate popular em reuniões públicas, o que não impede que outras características venham a ser sublinhadas entre os pesquisadores do tema.

Segundo Gugliano (2004) ao dissertar sobre o surgimento da proposta do orçamento participativo de Porto Alegre, aponta que o OP foi gerado no interior daquele que seria o núcleo mais estruturado e preparado para enfrentar o dilema colocado após vitória eleitoral de

1988: a mudança do modelo de gestão para a cidade de Porto Alegre que, ao mesmo tempo pudesse fortalecer tanto os movimentos sociais (principais bases de apoio do partido para vencer a eleição), quanto garantisse a governabilidade da máquina pública (p.62). Ainda nos marcos do mesmo estudo, Gugliano (2004) destaca que o OP "deveria ser visto como um legado para sociedade com o fim de modernizar a gestão pública e não, apenas uma proposta de um partido político isolado" (p.65).

Diversos autores partem da premissa de que após as primeiras experiências de orçamento participativo em municípios brasileiros, fundadas em gestões do Partido dos Trabalhadores, há uma expansão no número de prefeituras de outros partidos que tomaram iniciativa de incorporar a proposta ao seu projeto de governo, tornando a participação política como uma referência para o projeto político do PT, mas também como projeto de outros partidos como PSB (Partido Socialista Brasileiro) e PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) (NEVES, 2007, p. 216), porém não sendo homogênea a decisão de implementação do mecanismo nem mesmo entre os próprios grupos políticos aliados ao PT (SOUZA, 2011, p. 246).

Lima (2010) ao estudar o caso da implementação do orçamento participativo em Teresina-Piauí, corrobora com esta afirmação ao destacar em seu trabalho que as experiências participativas na década de 1990 “se estendem a administrações de matizes ideológicos os mais distintos, com desenhos, conteúdos e alcances diversos” (p.128). Essa alegação parte da análise da experiência do Orçamento Popular (denominação da experiência em Teresina), entre as gestões de 1993-1996 e 1997-2000 do executivo municipal, ambos os processos conduzidos por gestões do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira). Porém, cabe salientar as diferenças entre o Orçamento Popular teresinense e a experiência de Porto Alegre, principalmente quando se trata da inclusão da população no processo orçamentário, pois segundo a autora, em Teresina a representação da sociedade civil ficou limitada a participação na Comissão do Orçamento Popular (COP), sem a incorporação de assembleias locais, temática ou fórum de delegados.

Brian Wampler (2008), em seu artigo “*A difusão do orçamento participativo brasileiro: “boas práticas” devem ser promovidas?*”, sustenta não ser a presença do PT o fator primordial na hora do município implementar o OP entre os anos de 1997 e 2004 (um dos períodos analisados em seu estudo), mas “a busca pelos governos de outros partidos de uma vinculação a redes de políticas públicas orientadas pela “boa governança” e uma alta porcentagem de vereadores de esquerda nas câmaras municipais” (p.84), como forma de relacionar suas gestões à práticas de justiça social, transparência e participação direta (p.91).

Outra perspectiva de relação entre o orçamento participativo e partidos políticos pode ser localizada no trabalho de Rennó e Souza (2012), uma análise comparativa de dois períodos de execução do orçamento participativo na prefeitura de Porto Alegre, entre a gestão do Partido dos Trabalhadores (PT) de 2001-2004 e a gestão do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) de 2005-2008, buscando compreender se essa “mudança de partido no controle da prefeitura, mantendo o OP em funcionamento, afetou seu desenvolvimento”. Suas conclusões apontam

com base no estudo de caso de Porto Alegre, não há dúvida de que o desempenho e a efetividade do programa alterou-se nos últimos anos em diversos aspectos. Além disso, os fatos revelam que as primeiras gestões do OP obtiveram um índice melhor no que se propunham a realizar – concluindo mais obras e obtendo maior adesão popular. (...) Em conclusão, os resultados indicam grande sensibilidade do programa à agenda política do partido no governo. (RENNÓ; SOUZA, 2012, p.248)

Por fim, cabe destacar que tanto Ribeiro e Grazia (2003), quanto Borba e Luchmann (2007) apontam em suas pesquisas regionais sobre São Paulo e Santa Catarina, respectivamente, a ampliação no número de prefeitos filiados a outros partidos que adotaram o OP, mas não descartam a possibilidade do PT estar presente em algum espaço de deliberação dentro do executivo municipal através das coligações partidárias, por exemplo.

A presença do PT na dinamização do OP pode também ser verificada no fato de que, além de 12 municípios que administra, o PT faz ou fez parte da coligação vencedora nos quatro municípios administrados pelo PMDB e no único administrado pelo PDT, em que o OP é implementado (...). Nas prefeituras administradas pelo PMDB, sem a presença do PT, não foram encontradas experiências de OP (BORBA e LUCHMANN, 2007, p. 31)

Assim, partindo dessas duas principais perspectivas de análise, àquela que faz ligação direta entre experiências de OP e o Partido dos Trabalhados e, àquela que destaca a ampliação de partidos que implementam este mecanismo de participação em suas gestões do executivo municipal, atentaremos as considerações de Ribeiro e Grazia (2003) e, Borba e Luchmann (2007) referente a presença ou não do PT nos municípios que executaram OP, através das coligações partidárias.

3.1 Casos selecionados para análise

De acordo com a pesquisa realizada, entre os anos de 2009-2012, 39 (trinta e nove) municípios desenvolveram Orçamentos Participativos no Rio Grande do Sul, totalizando aproximadamente 8% das cidades do estado. Mesmo que nem todas essas experiências tenham adotado o nome de orçamento participativo, acredita-se que as mesmas cumprem com requisitos básicos para serem classificadas dessa forma.

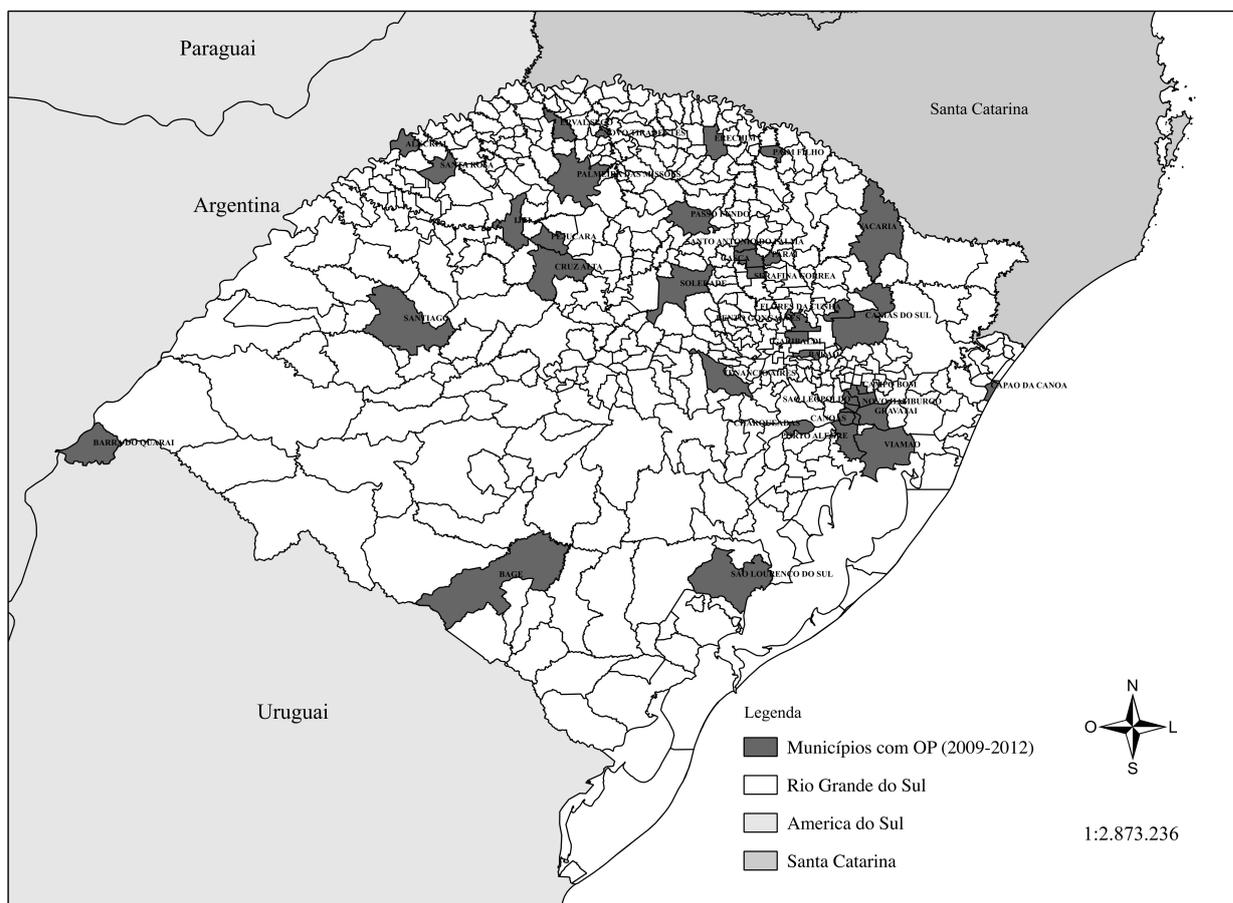
Quadro 01 - Municípios com OP no Rio Grande do Sul entre 2009-2012

CIDADES	CIDADES	CIDADES
ALECRIM	ERECHIM	PEJUÇARA
BAGÉ	ERVAL SECO	PORTO ALEGRE
BARÃO	ESTEIO	SANTA ROSA
BARRA DO QUARAÍ	FLORES DA CUNHA	SANTIAGO
BENTO GONÇALVES	GARIBALDI	SANTO ANTÔNIO DO PALMA
CACHOEIRINHA	GRAVATAÍ	SÃO LEOPOLDO
CAMPO BOM	IJUÍ	SÃO LOURENÇO DO SUL
CANOAS	NOVO HAMBURGO	SAPUCAIA DO SUL
CAPÃO DA CANOA	NOVO TIRADENTES	SERAFINA CORRÊA
CASCA	PAIM FILHO	SOLEDADE
CAXIAS DO SUL	PALMEIRA DAS	VACARIA
CHARQUEADAS	MISSÕES	VENÂNCIO AIRES
CRUZ ALTA	PARAÍ	VIAMÃO
	PASSO FUNDO	

Fonte: Elaboração dos autores a partir do banco de dados da Pesquisa OP nas Cidades Gaúchas (2009-2012).

Como bem pode ser visualizada no mapa abaixo, a concentração dos casos analisados se encontra nas cidades localizadas na metade norte do estado, precisamente a região com maior aglomerado industrial e melhores indicadores socioeconômicos e, no eixo leste, marcado pela aglomeração de experiências em municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre, a capital do estado.

Mapa 01 - Localização dos municípios com OP no Rio Grande do Sul (Gestão 2009-2012)

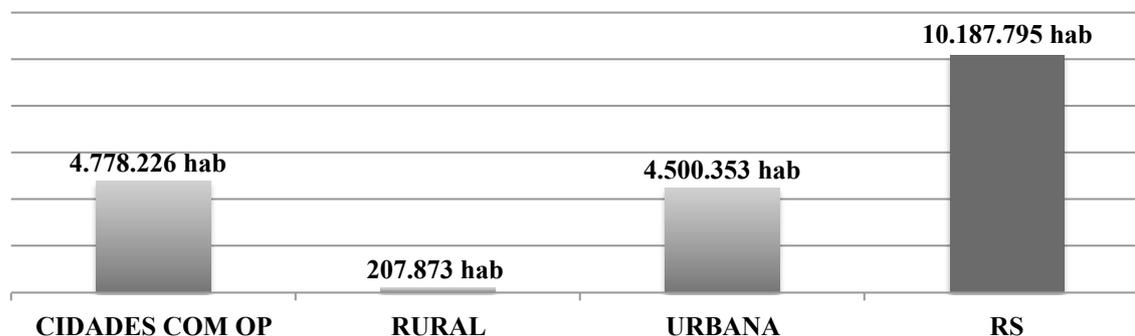


Fonte: Elaboração dos autores a partir do banco de dados da Pesquisa OP nas Cidades Gaúchas (2009-2012).

Referente a data de sua origem, vemos que mais da metade dos orçamentos participativos desenvolvidos foram fundados no período anterior ao do mandato 2009-2012. Entre os casos que persistem atualmente no estado, além de Porto Alegre, fundado em 1989, os mais antigos são os de Caxias do Sul, com o PT na Prefeitura Municipal, em 1997, e o de Alecrim que foi inaugurado em 1994, numa gestão que envolveu a coligação entre PMDB/PT. Todas essas experiências sofreram diversas interrupções de lá para cá. Já 44% dos casos estudados foram fundados no período de gestão que é nosso objeto de análise, inaugurado em 2009.

Em termos populacionais, chama a atenção que entre 2009-2012, quase a metade da população do Rio Grande do Sul vivia numa cidade no qual estava em funcionamento, em maior ou menor grau, alguma modalidade de orçamento participativo. Ademais, deve-se sublinhar a característica eminentemente urbana da população das cidades nas quais essa experiência foi desenvolvida, com quase 95% do contingente populacional considerado urbano.

Gráfico 01 - População nas Cidades com Orçamentos Participativos e População Total no Rio Grande do Sul (2009-2012)



Fonte: elaboração própria a partir do banco de dados da pesquisa "OP nas Cidades Gaúchas (2009-2012)".

O estado do Rio Grande do Sul possui em sua conformação regional, mais de 60% de seus municípios estão localizados na faixa até 10.000 habitantes, segundo dados do Censo Demográfico do IBGE (IBGE, 2010). Porém, chama atenção o fato de grande parte dos municípios com OP entre 2009 e 2012, localizarem-se nas faixas acima de 20mil habitantes, distribuição diferenciada se relacionarmos aos dados analisados por Ribeiro e Grazia (2003), referente ao levantamento efetuado entre os anos de 1997 e 2001, onde as experiências concentravam-se prioritariamente em municípios com até 20.000 habitantes.

4. As relações do Orçamento Participativo com as estratégias partidárias: coligações em nível local

Para uma análise da possível influência das coligações partidárias na eleição do executivo municipal em cidades que implementaram orçamentos participativos entre 2009 e 2012, cabe um breve comentário referente ao perfil político-partidário dos municípios do estado do Rio Grande do Sul. Atualmente, quase 1,3 milhões de pessoas (mais de 15% do número total de eleitores do estado) são filiadas a partidos políticos, sendo que apenas 08 partidos concentram cerca 90% do total de filiações:

Tabela 01 - Principais partidos políticos do Rio Grande do Sul e sua representação no estado do Rio Grande do Sul

Sigla	Partido	Nº de filiados	% filiados pelo total de eleitores do RS
PDT	Partido Democrático Trabalhista	250.847	3
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro	249.300	3
PP	Partido Progressista	208.514	2,5
PT	Partido dos Trabalhadores	146.401	1,7
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro	126.957	1,5
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira	90.608	1,1
DEM	Democratas	58.444	0,7
PSB	Partido Socialista Brasileiro	50.470	0,6
Total		1.181.541	14,1

Fonte: elaboração própria a partir de TSE (2014) e FEE (2014)

Além disso, cabe acompanhar a evolução na conquista de prefeituras destes 08 principais partidos, com objetivo de posteriormente relacionarmos a distribuição partidária dos municípios com orçamento participativo. Pode-se inferir a partir dos dados apresentados que os partidos citados conquistaram quase 100% das prefeituras nos últimos 4 (quatro) pleitos, destaque para o Partido dos Trabalhadores (PT), Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e Partido Socialista Brasileiro (PSB), únicos que ampliaram gradativamente o número de prefeituras conquistadas (os demais partidos variam eleição a eleição).

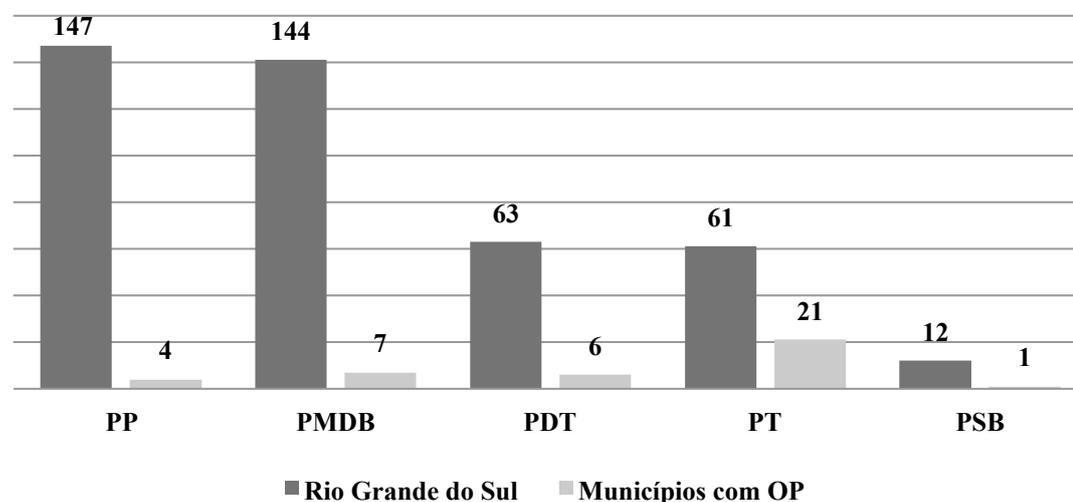
Tabela 02 - Evolução de prefeituras conquistadas por partido no Rio Grande do Sul entre os pleitos de 1996 a 2009

Eleição	PDT	PMDB	PP	PT	PTB	PSDB	PFL/DEM	PSB	Sub total	% do total prefeituras
1996	85	159	142	26	24	5	21	3	465	99,1
2000	78	139	174	32	31	14	15	7	490	99,4
2004	97	137	134	43	31	17	18	9	486	98,0
2008	63	144	147	61	31	19	13	12	490	98,8

Fonte: Elaboração própria a partir de TSE.

Para verificar o grau de interesse partidário no desenvolvimento de orçamentos participativos é útil explicitar a quantidade de orçamentos participativos realizados no universo de prefeituras que cada partido possui. Cabe destacar que das 39 (trinta e nove) prefeituras que implementaram OP, a maioria dos municípios (53,8%) o Partido dos Trabalhadores (PT) vence o pleito majoritário municipal.

Gráfico 02 - Distribuição do Orçamento Participativo por Partido Político do Prefeito (Gestão 2009-2012)



Fonte: Elaboração dos autores a partir do banco de dados da Pesquisa OP nas Cidades Gaúchas (2009-2012).

Somente os dados anteriores já dão conta de demonstrar o papel do PT na difusão dos OP's no Rio Grande do Sul. Contudo, tendo em vista os diversos trabalhos que apontam para uma ampliação do número de partidos que executa orçamentos participativos é pertinente analisar em separado os municípios em que o partido do prefeito esteve coligado com o PT e os que não tiveram vínculo. Retirando os 21 municípios em que o PT conquistou a prefeitura, foram verificadas 10 (dez) cidades em que o Partido dos Trabalhadores participava da coligação que concorreu ao pleito, totalizando 31 (trinta e um) dos 39 (trinta e nove) municípios com OP entre 2009 e 2012.

Tabela 03 - Distribuição do Orçamento Participativo por Coligação com PT
(Gestão 2009-2012)

Município	Partido Prefeito	Coligação Com PT
01 FLORES DA CUNHA	PDT	PDT / PTB / PRB / PT / PSB
02 IJUÍ*	PDT	PDT / PT / PTB
03 PASSO FUNDO*	PDT	PDT / PT / PTN / PSC / PR / PHS / PSB / PV / PC do B
04 VENÂNCIO AIRES*	PDT	PDT / PT / PPS / PSC / PR / PRB / PC do B
05 NOVO TIRADENTES	PMDB	PMDB / PP / PT
06 PARAÍ*	PMDB	PMDB / PT / PTB
07 PEJUÇARA*	PMDB	PMDB / PP / DEM / PT / PSB
08 CAMPO BOM*	PMDB	PMDB / PT / PTB / PP / PSDC / PTC / DEM / PR
09 CASCA*	PP	PP / PT / PPS / PSB
10 SERAFINA CORRÊA*	PP	PP / PSDB / PDT / DEM / PT

Fonte: Elaboração própria a partir de TRE/RS

*Municípios em que o vice-prefeito era do PT.

Ademais, podemos apontar através dos dados analisados neste estudo, diversas cidades nas quais o Prefeito não era do PT, mas esse partido participava da coligação de governo, a secretaria municipal ou o setor responsável pela execução do orçamento participativo era dirigido por um representante do PT em algum momento do governo.

Tabela 04 - Distribuição do Orçamento Participativo por Coligação sem PT
(Gestão 2009-2012)

Município	Sector responsável pelo OP	Ano de ocupação do cargo pelo PT
Casca	Sector de Projetos	2009 a 2012
Ijuí	Secretaria de Planejamento	2012
Pejuçara	Gabinete Vice-Prefeito	2009 a 2012
Serafina Corrêa	Coordenação dos Conselhos Municipais	2009
Venâncio Aires	Secretaria de Relações Comunitárias	2011

Fonte: Elaboração própria a partir do banco de dados do grupo de pesquisa Processos Participativos na Gestão Pública.

Referente aos municípios sem vínculo com o PT (seja na coligação ou na vice-prefeitura), mas que implementaram ou mantiveram experiências de OP entre os anos de 2009-2012, pode-se observar que com exceção de Alecrim (PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro), Charqueadas (PDT – Partido Democrático Trabalhista), Soledade e Santiago (ambas as cidades lideradas pelo PP – Partido Progressista), os municípios de Porto Alegre, Gravataí, Caxias do Sul e Cachoeirinha foram cidades em que a iniciativa de fundação do OP teve sua origem em gestões do Partido dos Trabalhadores¹.

Tabela 05 - Distribuição do Orçamento Participativo por Coligação sem PT (Gestão 2009-2012)

Ano de Início do OP	Município	Partido Prefeito	Sem Coligação Com PT
-	SOLEDADE	PP	PP / PDT / PRB
1989	PORTO ALEGRE	PDT	PDT / PTB / PSDC / PMDB
1994	ALECRIM	PMDB	PMDB
1997	GRAVATAÍ	PMDB	PMDB
1997	CAXIAS DO SUL	PMDB	PMDB / PDT / PTB / PP / PHS / PSDB / PSB / PPS / PSC / DEM / PR / PRB / PV / PSDC
2001	SANTIAGO	PP	PP
2001	CACHOEIRINHA	PSB	PSB / PMDB / PTB / PC do B / PMN / DEM / PT do B / PSC / PRB / PR / PDT / PSDB
2008	CHARQUEADAS	PDT	PDT / PC do B / PSDB / PMDB / PV / DEM / PSC / PSB

Fonte: Elaboração própria a partir de TRE/RS

Contudo, quando analisamos o comportamento partidário das cidades anteriormente mencionadas (com OP, mas sem coligação com PT - tabela 05), chamam a atenção especialmente os casos de Cachoeirinha, Caxias do Sul, Charqueadas, Gravataí e Porto Alegre, pois na gestão anterior (2005-2008) o partido do prefeito eleito em 2009 estava em condição de oposição ao governo e, no período aqui analisado acabaram por manter e/ou implementar a proposta de Orçamento Participativo no município.

Tabela 06 - Distribuição do Orçamento Participativo - oposição ao governo em 2004

Ano de Início do OP	Município	Eleições 2004	Eleições 2008
-	SOLEDADE	PP	PP / PDT / PRB
1989	PORTO ALEGRE	PT / PSL / PTN / PCB / PL / PMN / PC do B	PDT / PTB / PSDC / PMDB
1994	ALECRIM	PMDB	PMDB
1997	CAXIAS DO SUL	PT / PMN	PMDB / PDT / PTB / PP / PHS / PSDB / PSB / PPS / PSC / DEM / PR / PRB / PV / PSDC
1997	GRAVATAÍ	PT / PL / PRTB	PMDB

¹ Para maiores detalhes referentes a estas informações, verificar Silva (2001); Beras (2003)

Ano de Início do OP	Município	Eleições 2004	Eleições 2008
2001	CACHOEIRINHA	PT / PC do B	PSB / PMDB / PTB / PC do B / PMN / DEM / PT do B / PSC / PRB / PR / PDT / PSDB
2001	SANTIAGO	PP / PL	PP
2008	CHARQUEADAS	PT / PL / PC do B	PDT / PC do B / PSDB / PMDB / PV / DEM / PSC / PSB

Fonte: Elaboração própria a partir de TRE/RS

Além disso, apesar de comumente existir a tendência entre os especialistas de caracterizar as experiências de orçamento participativo desde uma perspectiva monopartidária, muitas vezes destacando o partido político ao qual é vinculado ao Prefeito, na prática o exemplo do Rio Grande do Sul aponta que são raros os casos puros de orçamento participativo. Na maioria das ocorrências as prefeituras analisadas se estruturaram a partir de uma ampla coligação partidária que na maior parte dos casos foram formadas a partir de condições locais, desconsiderando outras articulações partidárias seja em nível do governo estadual ou federal.

Assim, a partir dos dados levantados até o momento, afirma-se que, seja por meio da conquista do cargo de prefeito (21 casos), de vice-prefeito e/ou vínculo com a coligação (10 casos) ou ainda, por fazer parte da gestão (na prefeitura ou na coligação) no ano em que o OP foi implementada pela primeira vez no município, o Partido dos Trabalhadores (PT) esteve vinculado desde o início da implementação do OP em 92% municípios que estavam executando a proposta entre 2009 e 2012.

Considerações Finais

Este trabalho teve como objetivo apresentar uma análise referente a uma tendência de ligação entre as experiências de orçamentos participativos e o perfil das coligações partidárias executadas pelo Partido dos Trabalhadores (PT) para eleição majoritária do executivo municipal. Compreendendo um período que se inicia na redemocratização (pós Constituição Federal de 1988) até a última eleição para o executivo municipal (2012), foi possível estabelecer algumas conclusões sobre o contexto local analisado: 39 municípios do Rio Grande do Sul que executaram uma proposta de Orçamento Participativo entre os anos de 2009 e 2012.

Partindo de uma perspectiva local de análise das coligações, os dados recolhidos corroboraram com parte da literatura apontada, que afirma haver uma ampliação da base de alianças entre os partidos, objetivando uma estratégia mais pragmática do que ideológica. É fato, que nas eleições de 1988, o único município que implementou processo de participação como o OP e o manteve até o período estudado (2009-2012), foi Porto Alegre, elegendo Olívio Dutra através da coligação "Frente Popular" (PT e PCB).

Mas, o Partido dos Trabalhadores, torna-se o caso mais complexo dentre os estudados, pois mesmo tentando garantir sua proximidade somente com partidos de esquerda, como é o caso de duas das experiências analisadas que iniciaram seus processos a partir das eleições de 2000, mantendo uma coligação com partidos da "base aliada", com PSB, PCdoB, PV, PDT e PMN (caso de Cachoeirinha) ou ainda, com candidaturas isoladas do PT, como é o caso de Paim Filho, nas eleições de 2004, confirmou sua ampliação no leque de preferência ao coligar-se com partidos de centro/direita, como o PL.

Os dados analisados corroboram com as afirmações de Miguel e Machado (2007) e de Peixoto (2010), pois os municípios que implementaram OP entre 2004 e 2008, seguem o processo de difusão no número de experiências (Souza, 2012), paralelamente a ampliação das bases de alianças do PT em nível municipal (exemplo de Paraí, coligação PMDB, PT e PTB) e a adoção do OP por outros partidos (exemplo de Vacaria - coligação entre PMDB, PTB, PSB e PCdoB). Além disso, na maioria das ocorrências a partir da gestão de 2008, as prefeituras analisadas se estruturaram numa ampla coligação partidária, que na maior parte dos casos foram formadas com base em condições locais, desconsiderando outras articulações partidárias seja em nível do governo estadual ou federal.

Por fim, cabe salientar que este estudo refere-se somente ao caso do Rio Grande do Sul, mas em trabalhos futuros pretendemos apresentar mais dados sobre esse estado, como também ampliar o leque de casos estudados, dando embasamento para a nacionalização desta análise.

Referências Bibliográficas

ABERS, R. Learning democratic practice: distributing government resources through popular participation in Porto Alegre, Brazil. In: DOUGLAS, M.; FRIEDMANN, J. (Eds) **Cities for Citizens: Planning and the Rise of Civil Society in a Global Age**, pp. 39–65, 1998.

ANASTASIA, F. ; NUNES, F.. ; MEIRA, J.F.. A Margem do Meio da Política: as Coligações entre PT e PSDB em Eleições Majoritárias. In: KRAUSE, S.; DANTAS, H.; MIGUEL, L.F. (Orgs). **Coligações Partidárias na nova democracia brasileira: Perfis e Tendências**. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Ed. UNESP, 2010

AVRITZER, L. (Org). **A inovação democrática no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003

BERAS, C.A.L.. **A democratização do Estado e a participação popular: legitimação do Estado versus autonomia da sociedade civil - uma reflexão sobre o Orçamento Participativo de Viamão/RS**". (Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Tese de Doutorado). UFRGS : Porto Alegre, 2003.

BORBA, J.; LÜCHAMNN, L. H. H. (org). **Orçamento Participativo: análise das experiências desenvolvidas em Santa Catarina**. Florianópolis: Insular, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). **Emenda constitucional n.º 52**, de 8 de março de 2009. Acesso em: 01 jul de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc52.htm>

CARREIRÃO, Y. de S.; NASCIMENTO, F. P.. As coligações nas eleições de 2010 para os cargos de governador, senador, deputado federal e deputado estadual no Brasil. **Teoria e Pesquisa**, [s.l.], v. 21, n. 2, p.1-19, 2012. Editora Cubo Multimidia. DOI: 10.4322/tp.2012.016. Disponível em: <<http://doi.editoracubo.com.br/10.4322/tp.2012.016>>. Acesso em: 01 jul. 2015.

DALMORO, J.; FLEISCHER, D.. Eleição proporcional: os efeitos das coligações e o problema da proporcionalidade. In: KRAUSE, S.; SCHMITT, R. (Org.). **Partidos e coligações eleitorais no Brasil**. Rio de Janeiro/São Paulo: Fundação Konrad Adenauer/Unesp, 2005

DANTAS, H. **Coligações em eleições majoritárias municipais: a lógica do alinhamento dos partidos políticos brasileiros nas disputas de 2000 e 2004**. Tese (Doutorado em Ciência Política). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.

DIAS, M.R.D. **Na encruzilhada da teoria democrática**: efeitos do Orçamento Participativo sobre a Câmara Municipal de Porto Alegre. 211f. Tese (Doutorado) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 2000.

FEDOZZI, L.J. **Orçamento participativo**: reflexões sobre a experiência de Porto Alegre". 3. ed. Tomo Editorial: Porto Alegre, 2001.

FRANÇA, E. C. V.. **O Tamanho da Coligação Partidária influencia no desempenho eleitoral do candidato?** Uma análise das Coligações Partidárias nas eleições majoritárias para prefeito nas capitais brasileiras.. 2013. 102 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Política, UFPE, Cuiabá, 2013. Disponível em: <[http://www.repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/12465/DISSERTAÇÃO Edna Cristina COLIGAÇÕES PARTIDÁRIAS.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://www.repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/12465/DISSERTAÇÃO%20Edna%20Cristina%20COLIGAÇÕES%20PARTIDÁRIAS.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em: 01 jul. 2015.

GUGLIANO, A.A. **Orçamentos Participativos nas Cidades Gaúchas (2009 – 2012)**. Bolsa Produtividade em Pesquisa 2011/2013, UFRGS, Porto Alegre, 2011.

_____. Comentários sobre a articulação entre democracia e participação no plano da teoria social". In: GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf (org) **Perspectivas sobre participação política e democracia no Brasil**. Ed.Unijuí., Ijuí, 2007.

_____. Democracia, participação e deliberação. Contribuições ao debate sobre possíveis transformações na esfera democrática. **Civitas**: Porto Alegre, v.4, n.2, p.257-283, jul./dez. 2004b.

JORGE, E. As alianças e o Partido dos Trabalhadores: depoimento. [01 de dezembro, 1987]. São Paulo: **Revista Teoria e Debate**. Entrevista concedida a Teoria e Debate.

KINZO, M.D. Partidos, Eleições e Democracia no Brasil Pós-1985. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 19/54, pp. 23-40, 2004

KRAUSE, S. Coligações: o estado e os desafios da arte. In: KRAUSE, S.; DANTAS, H.; MIGUEL, L.F. (Orgs). **Coligações Partidárias na nova democracia brasileira**: Perfis e Tendências. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

_____. PAIVA, D. F. **Institucionalização partidária e influência do partido do governo estadual nas eleições para executivo municipal**: o padrão das coligações eleitorais no estado de Goiás. In: XXIV ANPOCS, Petrópolis, 2000.

LAVAREDA, A. **A Democracia nas Urnas**: O Processo Partidário-Eleitoral Brasileiro (1945-1964). Rio de Janeiro: Editora IUPERJ, 1991.

LIMA, A. J. de. Orçamento participativo e governo municipal: dilemas e possibilidades. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p.125-142, jun. 2010. Disponível em: <<http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/14277.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2015.

MACHADO, A. A lógica das coligações no Brasil. In: KRAUSE S.; SCHMITT, R. (org) **Partidos e coligações eleitorais no Brasil**. Rio de Janeiro: Fund. Konrad Adenauer; São Paulo: UNESP, 2005.

MACHADO, C.A.M. **Identidades diluídas**: consistência partidária das coligações para prefeito no Brasil – 2000 e 2004. Distrito Federal. Dissertação (Programa de Pós-Graduação Ciência Política, Dissertação de mestrado). Brasília: UNB, 2007.

MENEGUELLO, R.; LAMOUNIER, B. **Partidos Políticos e consolidação democrática**: o caso brasileiro. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

MIGUEL, L.F.; MACHADO, C. Um equilíbrio delicado: a dinâmica das coligações do PT em eleições municipais (2000 e 2004). **Revista Dados.**, vol.50, n.4, pp. 757-793, 2007

NEVES, A.V. Espaços Públicos, participação e clientelismo: um estudo de caso sobre o Orçamento Participativo em Barra Mansa. **Rev. Katálysis**, vol.10, n.2, pp. 215-221, Rio de Janeiro, 2007.

NICOLAU, J.M. Partidos e legislação partidária no Brasil (1985-94). **Multipartidarismo e Democracia**: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro (1985-84). Rio de Janeiro: Ed. FGV. pp.9-28, 1996.

OLIVEIRA, I.R. Notas sobre o Comportamento das Coligações Eleitorais no Brasil (1950-1962). **Revista Dados**, nº 10, pp. 166-183, 1973.

OLIVEIRA E SILVA, J. D.. As alianças e o Partido dos Trabalhadores: depoimento. [01 de dezembro, 1987]. São Paulo: **Revista Teoria e Debate**. Entrevista concedida a Teoria e Debate.

PEIXOTO, V.M. Coligações eleitorais nos municípios brasileiros: competição e estratégia. In: KRAUSE, S.; DANTAS, H.; MIGUEL, L.F. (Orgs). **Coligações Partidárias na nova democracia brasileira**: Perfis e Tendências. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

RENNÓ, L. R.; SOUZA, A. A metamorfose do orçamento participativo: mudança de governo e seus efeitos em Porto Alegre. **Revista de Sociologia e Política**, v. 20, n. 41, p. 235-262, 2012.

RESOLUÇÕES DO II CONGRESSO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES (Belo Horizonte). **O Programa da Revolução Democrática para a construção de um Brasil livre, justo e solidário**. 1999. Disponível em: <<http://www.fpa.org.br/uploads/resolucoesIIcongresso.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2015.

RIBEIRO, A. C. T.; GRAZIA, G. de. **As experiências de orçamento participativo no Brasil** (1997-2001). Paz e Terra: São Paulo, 2003.

RIBEIRO, P. F.. Organização e poder nos partidos brasileiros: uma análise dos estatutos. In: **RBCP**, V. 10. Jan-abril, pp. 225-265, 2013.

_____. Velhos e novos companheiros: coligações eleitorais nos municípios do "G79" (1996-2008). In: KRAUSE, S.; DANTAS, H.; MIGUEL, L.F. (Orgs). **Coligações Partidárias na nova democracia brasileira**: Perfis e Tendências. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

SALLES, N.O. . Diálogos interpartidários: um estudo sobre a formação de coligações entre PT e PSDB no Brasil. In: CONGRESSO URUGUAIO DE CIÊNCIA POLÍTICA, 5., 2014, Montevideo. **Anais**, . Montevideo: Aucip, 2014. p. 1 - 20. Disponível em: <http://aucip.org.uy/docs/v_congreso/ArticulospresentadosenVcongresoAucip/AT16-

PartidosEleccionesComportamientoElectoral/OliveiraSalles_Dialogos.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2015.

SANDES-FREITAS, V. E. V. de. Alianças contextuais ou nacionalizadas?: Análise das coligações nas eleições para prefeito em 2012. **Cadernos Adenauer XIV**, Rio de Janeiro, v. 2, p.147-165, 2013. Disponível em: <<http://www.kas.de/wf/doc/10391-1442-5-30.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2015.

SANTOS, J.C. A. dos. **COLIGAÇÕES EM ELEIÇÕES MUNICIPAIS: PORTO ALEGRE (2004 e 2008)**. 2011. 136 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pucrs, Porto Alegre, 2011.

SCHMITT, R. Os estudos sobre alianças e coligações eleitorais na Ciência Política brasileira. In: KRAUSE S.; SCHMITT, R. (org) **Partidos e coligações eleitorais no Brasil**. Rio de Janeiro: Fund. Konrad Adenauer; São Paulo: UNESP, 2005.

SILVA, Josimar Gonçalves da. **O padrão das coligações eleitorais no estado de Goiás: influência do partido do governo estadual nas eleições para os executivos municipais (1988-2012)**. 2015. 185 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Política, Unb, Brasília, 2015. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/18407/1/2015_JosimarGoncalvesdaSilva.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2015.

SILVA, M.K. (2001). "CONSTRUÇÃO DA "PARTICIPAÇÃO POPULAR": Análise comparativa de processos de participação social na discussão pública do orçamento em municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre/RS".. 2011. 381 f. (Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Tese de Doutorado). UFRGS : Porto Alegre, 2001.

SOCORRO BRAGA, M. do. Dinâmica de coordenação eleitoral em regime presidencialista e federativo: determinantes e consequências das coligações partidárias no Brasil. In: SOARES, G. A. D. ; RENNÓ, L. R. (Org.). **Reforma Política**. Lições da História Recente. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SOUZA, L.A.M. Orçamento participativo e as novas dinâmicas políticas locais. **Revista Lua Nova**, n. 84, p. 245-285, 2011.

_____. **O Orçamento Participativo e as relações entre os atores políticos locais nas arenas eleitoral, governamental e legislativa**. In: 36º ENCONTRO NACIONAL DA ANPOCS, 2012, São Paulo, p. 1-25, 2012.

WAMPLER, B. A difusão do Orçamento Participativo brasileiro: "boas práticas" devem ser promovidas?. **Revista Opinião Pública**, vol.14, n.1, pp. 65-95, 2008.

XIII ENCONTRO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES (São Paulo). **13º Encontro Nacional do PT**. 2006. Disponível em: <http://www.fpa.org.br/uploads/2006_XIII_Encontro_Nacional.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2015.